revista online de extensão e cultura
REALIZAÇÃO

CC BY NC SA

DOI 10.30612/realizacao.v8i15.13114
ISSN: 2358-3401

Submetido em 07 de Dezembro de 2020
Aceito em 07 de Maio de 2021
Publicado em 16 de Agosto de 2021

RESISTÊNCIA À FORMALIZAÇÃO DE UM EMPREENDIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM UMA INCUBADORA UNIVERSITÁRIA

RESISTANCE TO THE FORMALIZATION OF A SOLIDARITY ECONOMY ENTERPRISE IN A UNIVERSITY INCUBATOR

RESISTENCIA A LA FORMALIZACIÓN DE UN EMPRENDIMIENTO DE ECONOMÍA SOLIDARIA EN UNA INCUBADORA UNIVERSITARIA

Sanyo Drummond Pires*
Universidade Federal da Grande Dourados
Marcelo Chaves de Jesus
Universidade Federal da Grande Dourados
Aline Pereira da Silva
Psicóloga

Resumo: Analisa-se um caso de resistência ao processo de formalização de um Empreendimento de Economia Solidária (EES) do ramo de produção cultural em incubação em uma Incubadora Universitária de Tecnologias Sociais. O EES já existia anteriormente, sendo sustentável tanto econômica quanto tecnicamente, mas sem conseguir se estruturar formalmente, o que gerava uma série de dificuldades de acesso a recursos e de definição interna de atribuições. Durante a etapa de incubação voltada para a formalização do empreendimento, verificou-se uma série de resistências. A partir da análise dessas foram encontradas duas fontes principais. A primeira, de base objetiva/jurídica, atrelada à dificuldade de regulação das dinâmicas já existentes no EES pela estrutura jurídica da Associação, principalmente em função da multiplicidade de fontes de renda dos membros, e da variedade de formas de produção de valores. A segunda, de base psicossocial, relacionada à resistência à mudança na dinâmica de regulação dos investimentos afetivos dentro da organização, e principalmente em função da desestruturação na construção de valores relacionais.

* Autor para Correspondência: sanyodrummond@yahoo.com.br

Palavras-chave: Resistência à incubação; Empreendimento Cultural. Economia Solidária.

Abstract: This article analyzes a case of resistance to the process of formalizing a Solidarity Economy Enterprise (EES) in the cultural production sector that is being incubated in a University Incubator of Social Technologies. The EES already existed previously, being both economically and technically sustainable, but it was unable to formally structure itself, which generated a series of difficulties in accessing resources and in defining internal attributions. During the incubation stage aimed at formalizing the enterprise, a series of resistances were observed. Based on the analysis of these, two main sources were identified. The first, objective /legal , is linked to the difficulty of regulating the dynamics already existing in the EES by the legal structure of the Association, mainly due to the multiple sources of income of the members, and the variety of forms of value production. The second, psychosocial, is related to resistance to change in the dynamics of regulating affective investments within the organization, and mainly due to the de-structuring of the construction of relational values.

Keywords: Resistance to incubation; Cultural Enterprise. Solidarity Economy.

Resumen: Se analiza un caso de resistencia al proceso de formalización de un Emprendimiento de Economía Solidaria (EES) del ramo de producción cultural en incubación en una Incubadora Universitaria de Tecnologías Sociales. El EES ya existía anteriormente, siendo sostenible tanto económica como técnicamente, pero sin conseguir estructurarse formalmente, lo que generaba una serie de dificultades de acceso a recursos y de definición interna de atribuciones. Durante la etapa de incubación enfocada a la formalización del emprendimiento, se verificó una serie de resistencias. A partir del análisis de estas, se encontraron dos fuentes principales. La primera, de base objetiva/jurídica, vinculada a la dificultad de regulación de las dinámicas ya existentes en el EES por la estructura jurídica de la Asociación, principalmente en función de la multiplicidad de fuentes de renta de los miembros, y de la variedad de formas de producción de valores. La segunda, de base psicosocial, relacionada a la resistencia al cambio en la dinámica de regulación de las inversiones afectivas dentro de la

organización, y principalmente en función de la desestructuración en la construcción de valores relacionales.

Palabras clave: Resistencia a la incubación; Emprendimiento Cultural. Economía Solidaria.

INTRODUÇÃO

O processo de incubação de Empreendimentos de Economia Solidária (EES), assim como as discussões sobre economia solidária de maneira geral, embora tenham obtido grandes avanços nos últimos anos, em grande parte decorrente da experiência acumulada possibilitada pelos programas de financiamento dos processos de incubação, e dos estudos mais amplos de caracterização da Economia Solidária no Brasil, ainda apresentam uma série de lacunas a serem preenchidas. Uma dessas lacunas se refere à função exercida por processos culturais e psicossociais tanto na estruturação da economia solidária, mas, principalmente, nas metodologias de incubação e capacitação de empreendimentos ou grupos que aderem a essa proposta de organização produtiva.

O presente texto se refere a um Projeto de Extensão realizado como uma das atividades da Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias da UFGD (ITESS/UFGD), que visava desenvolver um empreendimento no ramo de produção cultural, na cidade de Dourados, MS. O EES já existia anteriormente e passara por diversas etapas de organização, sendo marcado pela entrada e saída de membros, bem como por mudanças nos focos de produção. Além disso, o EES possuía a especificidade de servir de espaço de integração e fomento de diversos grupos culturais, ao mesmo tempo em que participavam do EES, se constituíam como grupos autônomos entre si e em relação ao EES, instaurando assim um modelo de organização produtiva marcado por uma dinâmica de duplo pertencimento, e pelos conflitos decorrentes dessa dinâmica.

Além disso, o trabalho de incubação demandava atenção a uma série de importantes recortes de análise, tanto pela função do EES no fomento a práticas culturais locais e na defesa de processos culturais emancipatórios das etnias indígenas da região, quanto por abarcar questões relacionadas a expressões de gênero e de juventude, servindo como espaço de diálogo e elaboração para jovens artistas da cidade sobre esses temas. Tais recortes nos remeteram à compreensão da diversidade de elementos que devem ser considerados quando se busca, por meio da Economia Solidária, a sustentabilidade dos

empreendimentos, e ao conflito que pode vir a ocorrer entre a busca por essa sustentabilidade econômica e a manutenção das funções sociais e psíquicas do empreendimento.

A forma como o empreendimento se estrutura, com as delimitações de papeis sociais e de dinâmicas produtivas e gerenciais inerentes a cada tipo de organização, pode ser compreendida como um elemento que perpassa esses diversos aspectos, dando direcionamentos e estabelecendo formas compartilhadas de lidar com essas delimitações. A mudança nessas formas de estruturação implica em toda uma série de modificações nessas delimitações e papeis a serem desempenhados, o que muitas vezes não ocorre sem gerar uma transição conflitiva, marcada por disputas, e principalmente pela necessidade de um trabalho de elaboração para a compreensão das novas configurações institucionais, e de reposicionamento dos sujeitos entre si e frente a essas novas configurações.

Embora, já possuísse um modelo organizativo próprio, pela sua dinâmica que privilegiava a autonomia dos membros e de seus grupos em relação ao EES, o modelo organizativo preexistente no empreendimento analisado não encontrava paralelo em modelos de organização formal de empreendimentos já estruturados (principalmente associações e cooperativas). A manutenção do modelo organizativo do EES, no entanto, o mantinha como um empreendimento informal, ainda que organizado e reconhecido socialmente. Porém tal informalidade frente ao Estado gerava uma série de problemas ao EES, principalmente referente a acesso a recursos de financiamento público da cultura, e de indefinição da relação de seus membros com o EES no tocante à participação na consecução e divisão de recursos.

Tais questões nos levaram à consideração da necessidade de buscar a formalização do empreendimento. Porém, no decorrer do processo, percebeu-se que tal formalização esbarrava em uma série de dificuldades. No entanto, estas, ultrapassavam as previstas relativas à discrepância entre formas de regulação de dinâmicas produtivas decorrentes de dois diferentes modelos organizacionais. Propomo-nos então, como esse texto, analisar tais dificuldades que estavam para além da explicação dada pela dinâmica econômica do empreendimento.

FORMALIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A questão da formalização dos empreendimentos na Economia Solidária tem sido objeto de discussão há algum tempo. Atualmente, questiona-se a necessidade da formalização de um empreendimento para que esse se figure como parte da economia solidária, prevalecendo a existência real ao registro legal, como definidor da existência do EES (DIEESE, 2015). A formalização, inclusive, não se constitui como um fator a ser necessariamente buscado. Tal fato ocorre em função de que as características das pessoas e das atividades que são mediadas pelo empreendimento podem não se adequar a modelos formais (previstos na legislação) de organizações econômicas, e pelo fato de que os processos de crescimento e desenvolvimento do EES podem ocorrer também em grupos informais (GAIGER, 2014).

No entanto, como nos mostram Ogando e Gaiger (2009), a remuneração média em grupos informais, tende a ser bem menor que em outras formas de institucionalização de empreendimentos de economia solidária. Além disso, o fato de não possuir relação formal com o Estado, embora possa ser positiva no sentido de diminuir custos, também retira a possibilidade de obtenção de vantagens que o Estado possa oferecer para o desenvolvimento desses empreendimentos, como concessão de crédito, ou a participação em licitações públicas.

O acesso a essas políticas públicas parece ser um elemento importante no estímulo à formalização. Dentre os ramos de atividade de empreendimentos, os que se estruturam mais comumente de maneira formalizada, são os empreendimentos ligados à agricultura familiar, que possuem políticas públicas já estruturadas de financiamento e compras de produtos. (DIEESE, 2015). Além disso, esses empreendimentos acabam sendo, em termos comparativos, objetos prioritários de ações de transferência de conhecimento técnico e tecnológico, por parte de Incubadoras ou de Programas de Extensão rural, no âmbito universitário, e de agências mais desenvolvidas de fomento técnico e com modelos mais adequados, por sua proximidade com a agricultura familiar (MELO, 2005).

Em situações específicas, como nos empreendimentos do ramo cultural, onde os mecanismos de gestão tradicional tendem a não abarcar as necessidades de gestão oriundas das especificidades desses tipos de empreendimentos, esse processo de capacitação se torna um pouco mais difícil, principalmente se considerarmos a pouca produção teórica sobre o tema (JUDICE; FURTADO, 2014). Essa dificuldade de capacitação se apresenta também nos programas de fomento a empreendimentos culturais, onde o direcionamento de recursos para tal tipo de capacitação são menos

destacados do que os relacionados à capacitação técnica ou financiamento de outras etapas do processo produtivo (VILUTIS, 2011).

É possível supor, então, a existência de um ciclo no qual, a capacitação gerencial e fiscal (ou o acesso sistemático à assessoria nessas áreas) potencializa a formalização dos empreendimentos, que podem, assim, acessar a políticas públicas de financiamento, ao mesmo tempo em que a existência de políticas de financiamento estimula ao processo de capacitação para a formalização dos empreendimentos. No entanto, esse processo não se dá de forma automática, existindo a necessidade de uma articulação entre as políticas de capacitação e as políticas de incentivo e financiamento.

Quando consideramos os empreendimentos que se utilizam dos pressupostos da economia solidária para sua organização e que tenham como objeto principal a ampliação e manutenção de uma cidadania cultural, além das dificuldades relacionadas à gestão de empreendimentos culturais, somam-se também as dificuldades inerentes à gestão de EES, e as de uma lógica de produção cuja centralidade seja a sustentabilidade econômica, e não a produção de mercadorias (SERRA; FARIA, 2016). Nesse sentido, dois elementos se destacam: a inadequação dos modelos de estruturação jurídica disponíveis à estrutura e necessidades econômicas e fiscais reais dos empreendimentos de economia solidária (nesse caso, somadas às inadequações em relação às necessidades do ramo cultural), e a inadequação dessas estruturas jurídicas na intermediação de elementos conflitivos de cunho sociais e econômicos e referentes à dinâmica psíquica dos seus membros.

Segundo Vieira (2015) a diversidade de formas organizativas na economia solidária, ao invés de um problema, representa a força desse modelo econômico, em função de sua capacidade de organizar de maneira mais realística demandas específicas de diferentes grupos sociais. O problema ocorre principalmente na falta de avanço da legislação sobre o tema, que não prevê modelos organizacionais mais flexíveis e adequados à nossa realidade. No entanto, a mera criação desses modelos mais flexíveis não seria uma resolução ao problema da Economia Solidária quando levamos em conta o seu aspecto dinâmico, ou seja, a autogestão.

A essa criação de novas formas jurídicas seria também necessária a estruturação de novas formas de abordar tecnicamente as atividades gerenciais, contábeis e fiscais, que levem em conta a necessidade de apropriação, por parte dos membros do empreendimento, dos conhecimentos relativos a essa gestão contábil, para que possa existir de fato o controle do empreendimento por seus membros, e não uma perda do mesmo para um controle técnico alheio ao grupo (PIRES; COUTO; ALVES, 2013). O

ideal nesse caso é que tal conhecimento técnico se desse de forma articulada aos saberes já presentes nos grupos, desenvolvendo-os, e neles incorporando desenvolvimentos técnicos mais avançados, após esses terem sido analisados e revisados de seus conteúdos ideológicos e de instauração de práticas laborais e gestionárias contrárias aos princípios da economia solidária (DAGNINO, 2014).

Nesse sentido, a articulação do conhecimento já presente na sociedade como o conhecimento técnico se mostra como um aspecto relevante para a consecução desse objetivo. Segundo Gaiger (2014), os modelos disponíveis de registro formal (principalmente associações e cooperativas) estariam associados a dinâmicas sociais oriundas de processos históricos de organização comunitária de trabalhadores no contexto europeu, além de sua adaptação a modelos de organização do estado e políticas públicas desses países, sendo que, o contexto histórico onde nossas experiências de práticas econômicas colaborativas ocorrem, é muito mais marcado por uma estruturação informal e uma ausência do estado.

Quando levamos em conta o processo de institucionalização de nossas manifestações culturais populares, bem como seus processos de organização e formalização, estes, muitas vezes não se estruturam levando em conta uma busca de autonomia na sua sustentabilidade financeira, se mantendo, em grande parte, dependente de outras entidades, como o apoio do poder público, ou de doações de pessoas e empresas (ALVES, 2012). Pode-se questionar, então, até que ponto esses modelos voltados para a estruturação de empreendimentos econômicos se mostram adequados, no sentido de possibilitar fluxos produtivos que potencializem os interesses dos seus membros.

No entanto, o processo de formalização não vai impactar somente no que se refere às dinâmicas fiscais ou de gestão de fluxos de produção ou distribuição de bens. As instituições, além de bens, medeiam também toda uma série de elementos simbólicos e imaginários entre seus membros, bem como toda uma economia psíquica, onde elementos pulsionais e inconscientes atuam lado a lado dos elementos racionais e conscientes na determinação dos comportamentos e expectativas das pessoas na organização (ENRIQUEZ, 1997).

PROCESSOS PSICOSSOCIAIS RELACIONADOS AO TRABALHO

Segundo Freud (1930), o ato de trabalhar, e a organização do trabalho possuem importância dentro do quadro de organização da dinâmica psíquica do sujeito, pois o

gasto de energia decorrente do trabalho se caracteriza como uma das formas de satisfação pulsional substitutivas. Esse gasto dentro de uma atividade sancionada e valorizada socialmente possibilita então ao sujeito a manutenção de sua economia psíquica dentro de um contexto social repressivo. A satisfação pulsional decorrente do gasto da energia psíquica tende a se articular com a uma ligação simbólica, que vai fornecer um sentido para esse alívio pulsional. Esse sentido, por sua vez, vai ocorrer em referência a um contexto de sentido mais amplo, o que nos remete necessariamente à dimensão social, na qual as experiências de trabalho vão ganhar uma valoração positiva ou negativa.

Nesse sentido, a organização do trabalho e da relação entre as pessoas na dinâmica institucional vai incidir nas formas de satisfação pulsional, indicando formas socialmente autorizadas (bem como as proibidas) para que essa satisfação possa ocorrer. Da mesma forma, a instituição pode disponibilizar atribuições de sentidos às vivências laborais, articulando ligações entre representações simbólicas com essas satisfações pulsionais, possibilitando espaços de elaboração para o sujeito em sua relação com o trabalho (DEJOURS; ABDOUCHLI, 2011).

Essa elaboração, no entanto, é sempre parcial, em função do descompasso entre a continuidade da força pulsional e a descontinuidade dos símbolos (MENESES, 2010). Vai haver então sempre um resto, que, se não se expressa por meio do trabalho, vai se expressar de alguma outra forma. Essa outra forma de expressão do pulsional, para além dessa elaboração vai ser o que Freud (1917) denominou de sintoma. Esse algo que não consegue ser expresso pelas formas de satisfação pulsional possibilitadas pela organização do trabalho, vai se referir, embora ainda articulada com o trabalho, a algo para além da organização do trabalho em si, ou seja, vai se referir, de um lado, à cisão psíquica interna constitutiva do próprio sujeito, e de outro à própria incompatibilidade entre as demandas psíquicas do sujeito e as demandas do social e da organização produtiva.

Essa incompatibilidade se expressa também nas instituições onde os processos identificatórios entre os membros se dão como uma das formas principais de estruturação e manutenção da instituição. Segundo Enriquez (1997), a dinâmica pulsional básica de manutenção do grupo, que se expressa pelo investimento das pulsões de vida para dentro do grupo e das pulsões de morte para o exterior do mesmo, tem também o sujeito, enquanto individualidade independente do grupo, como objeto de investimento da pulsão de morte. Nesse sentido, as manifestações de individualidade dos membros que ameacem

os arranjos psicossociais que sustentam a integralidade do grupo, serão objeto de ataque por parte do grupo como um todo.

Segundo Freud (1926), essa ameaça à integralidade psíquica precisa, no entanto, ser compreendida de forma que envolva outros elementos da vivência psíquica do sujeito, que não somente a percepção da realidade. Todas as fantasias e os desejos, que caso o sujeito se mobilize para buscá-los, colocariam, na percepção do sujeito, sua integralidade física, psíquica ou social em risco, seriam objeto de repressão psíquica, ou seja, de desligamento entre a representação desse desejo ou fantasia e o afeto a ela correspondente.

No entanto, esses desejos e fantasias reprimidos, vão se expressar, ainda que fora de um ordenamento de satisfação consciente do sujeito, no formato de sintomas ou outras manifestações inconscientes. O mesmo vai ocorrer nos fenômenos psicossociais relacionados às organizações produtivas, com a consideração de que, é a integralidade imaginária da organização que visa ser defendida, a manifestação sintomática se dando por meio de ações que emergem como queixas ou mal estar, ou mal funcionamento, sem causas aparentes, da organização do trabalho e da gestão do empreendimento (DEJOURS, 2005).

As vivências desses elementos psíquicos agenciados pelas condições de inserção do sujeito em relação ao trabalho, no âmbito da economia solidária, são marcadas pela inserção conflitiva que a economia solidária estabelece em relação às outras vivências que o sujeito possui em sociedade. Tal inserção conflitiva, pela manutenção no sujeito e nos grupos de ideais ou valores oriundos de diferentes modelos vai impactar fortemente nessas dinâmicas defensivas, que se estruturaram em relação às outras vivências laborais presentes em sua trajetória pessoal, ou nos repertórios simbólicos de seus familiares e sua classe social (CARVALHO & PIRES, 2004).

As dinâmicas defensivas na economia solidária são marcadas pela manutenção, ainda que se mudem as possibilidades de participação na gestão e na organização do trabalho, de práticas associadas a mecanismos defensivos relacionados a situações de heterogestão, aprendidos em sua trajetória laboral pessoal ou com os grupos sociais com o qual o sujeito convive. Tal manutenção, por sua vez, é reforçada por uma série de elementos, que vão desde a não revisão das configurações sociotécnicas da produção à carência de elementos linguísticos que possibilitem aos trabalhadores articularem de forma compreensiva e compartilhada suas vivências e seus sentimentos (PIRES, 2018).

Considerando o caso dos empreendimentos culturais, vamos encontrar ainda mais um elemento conflitivo a ser analisado, ou seja, a resistência à instrumentalização da expressão artística e sua transformação em mercadoria. Essa expressão cultural vai ser regida por lógicas próprias, associada a identidades territoriais específicas, e servir de elemento articulador da identidade das pessoas nesses territórios (VILUTIS, 2011). A manutenção dessas identidades enquanto um fazer autônomo que expresse essas realidades das quais os sujeitos participam, e que servem de base para sua constituição identitária, já se configura como uma forma de resistência às formas universalistas e padronizadoras, como os modelos de formalização estabelecidos para que esses empreendimentos possam interagir com o estado (DOMINGUES; SOUZA, 2011).

Partindo da constatação dessas limitações impostas à dinâmica real que o processo de formalização estabelece, principalmente quando esse processo ocorre em situações de incubação, ou seja, em uma situação de intervenção externa ao grupo na sua estruturação, procuramos então, a partir da análise de um caso específico, a descrever as percepções e análises sobre um processo de formalização que levasse em conta a importância da complementação entre os aspectos econômicos e formais e outros aspectos na compreensão das resistências à formalização.

DESCRIÇÃO DO EES

O EES participante do processo de incubação já existia a cinco anos, sendo marcado pela autonomia na organização produtiva de seus membros, e na estruturação dos grupos, também autônomos entre si, que englobavam diferentes áreas de produção artísticas. Às vezes, como no caso do teatro, existiam mais de um grupo, sempre mantendo a autonomia entre eles. As rendas aferidas com as atividades dos grupos também eram destinadas somente para os grupos, havendo poucos repasses de percentuais para o EES em análise.

A principal contribuição dos grupos para o EES ocorria por meio de duas atividades. A primeira, nos Saraus, uma das principais fontes de recursos do EES, que integravam diversas atividades artísticas. Nesses Saraus, os membros dos grupos participavam fazendo doação de suas atividades artísticas, ou auxiliando em outras atividades, como venda de bebidas, limpeza, preparação dos espaços, entre outros. No entanto, não existia uma formalização de quantias ou ações específicas que cada um deveria fazer, ficando “mais de acordo com a consciência de cada um”. A segunda ação

se dava por meio de toda uma rede de apoios não financeiros na elaboração, execução e/ou divulgação de projetos e atividades entre os membros, que potencializava o trabalho de cada um dos grupos. Tal ação também ocorrendo com plena liberdade e de acordo com as afinidades e consciência de cada um.

O EES funcionava também como polo cultural, organizando outros eventos além dos Saraus, e abrigando artistas que passavam pela cidade, estabelecendo uma residência artística, o que também gerava alguma renda, pelos recursos arrecadados com hospedagem. Porém, tal fonte de recursos era extremamente sazonal, estando associada principalmente à ocorrência de eventos na cidade. Além disso, o EES cumpria uma função importante no fomento de cultura regional, e de ativismo político, principalmente em relação a questões de gênero e em defesa e promoção cultural de etnias indígenas locais. Tal ação tomava um tempo importante da principal organizadora do EES, e era uma fonte de preocupação constante, em função da extrema violência com que as etnias indígenas são tratadas na região, já tendo havido ameaças a membros do EES em função desse apoio.

Embora existisse também liberdade de participação nas atividades de gestão, esta ficava concentrada em um grupo menor de pessoas (quatro membros) que na prática, eram as poucas que se responsabilizavam pela manutenção do EES, sendo que a maior parte dos participantes estava ligada principalmente a seus grupos de produção, assumindo pouca ou nenhuma responsabilidade pelo EES como um todo.

O EES era sustentável tanto econômica quanto tecnicamente. Essa sustentabilidade econômica, no entanto, se restringia ao mínimo necessário para a manutenção do funcionamento do EES, muitas vezes não gerando, ou gerando pouca renda para os seus membros. Um dos principais problemas nesse sentido era a dificuldade de acessar recursos de editais públicos ou de empresas, em função da não estruturação formal do EES. É interessante notar que os membros do EES muitas vezes realizavam projetos vencedores de editais, mas sempre em parceria com outras instituições, que possuíam registro formal.

Tal fato, além do prejuízo material, gerava também um grande prejuízo no reconhecimento do trabalho, que, embora muitas vezes concebidos e realizados por membros do EES, acabavam sendo atribuídos às entidades parceiras. Tal problema, e a forte vinculação anterior já existente com a UFGD (boa parte dos membros eram alunos ou ex-alunos da universidade, além do fato da universidade ser parceira do EES em uma série de eventos), levaram a um diálogo entre o EES e a membros da Incubadora de

Tecnologias Sociais e Solidárias (ITESS/UFGD), de forma a buscar superar essa situação de informalidade.

Como o grupo possuía capacidade técnica já estruturada o processo de incubação se concentrou em desenvolver a capacidade de gestão do empreendimento, e buscar encontrar soluções para o processo de formalização. Em um primeiro momento, foi realizado um trabalho associado à identificação das dinâmicas relacionais e produtivas do EES (PIRES, SILVA, 2019). Realizada essa primeira parte do trabalho, iniciou-se o processo de formalização do empreendimento.

No entanto, apesar do processo de formalização em si se caracterizar como um processo relativamente simples surgiu uma série de entraves na realização dessas tarefas, que se expressavam principalmente por meio de dificuldades de compreensão, ou postergações na realização de tarefas. A equipe passou então a analisar tais problemas e percebeu-se que eles não ocorriam em função de uma ausência de conhecimento ou de capacidade para realizar as atividades. Partiu-se então da consideração de que as mesmas se configuravam como resistências ao processo de formalização do empreendimento.

MÉTODO

Essa resistência passou a ser analisada, a partir da perspectiva proposta por Pires (2018), de análise das resistências ao processo de incubação. Nesse modelo parte-se da consideração de que existe uma vinculação entre os mecanismos defensivos intrapsíquicos e as estratégias de defesa social, e no caso, as relacionadas à organização do trabalho. A partir dessa constatação, propõe-se que os elementos de resistência aplicados à análise pessoal sejam também interpretados em relação ao processo de incubação, a partir da inserção, além das dinâmicas psíquicas, também dos elementos sociais e relacionados às relações de trabalhos e configurações produtivas.

A escuta dos membros do EES ocorreu a partir de três ações: As entrevistas individuais, principalmente com os principais responsáveis pela gestão do EES, onde eram narradas as experiências dos membros com o EES e o sentido que eles construíam dessas experiências em suas vidas pessoais, tanto no que se refere às suas trajetórias profissionais quanto na importância da participação do EES em suas vidas cotidianas para além do trabalho. As observações de campo, ocorreram no próprio EES ou em atividades por eles desenvolvidas, nas quais se utilizou o que Carvalho e Pires (2001) denominam como “conversa ao pé da máquina”, ou seja, a escuta da construção do sentido que o

trabalhador estabelece para o trabalho no próprio ato de realizá-lo. As construções de sentido e as narrativas apresentadas nas entrevistas individuais e nas observações de campo eram então levadas para discussão e, encontros grupais com os membros dos EES, nas quais os principais temas que apareciam nas discussões anteriores eram retomados e discutidos em grupo.

A análise das falas procurava possibilitar uma construção conjunta de conhecimento da dinâmica do EES, tanto pela equipe da Incubadora, quanto dos membros do EES, dentro da perspectiva proposta por Thiollent (2002). Com isso, os pontos que se repetiam nas falas tanto individuais quanto descrição do próprio trabalho, eram abordados no grupo de forma a buscar uma ressignificação das dificuldades percebidas nessas experiências. Com isso, pretendiam-se dois efeitos. O primeiro seria a mudança de perspectiva de uma percepção de si em relação às vivências de uma perspectiva individual para uma perspectiva coletiva. A segunda seria buscar nas manifestações frente à emergência dos problemas relacionados a essas vivências, as manifestações defensivas, conforme indicado por Pires (2018), como as protelações, silêncios, desvios da discussão ou manifestações afetivas descontextualizadas da discussão. Com isso esperava-se perceber tanto os processos de elaboração quanto os de resistência à elaboração das vivências no EES por parte de seus membros.

A partir dessa análise foram encontradas duas fontes principais de resistência. A primeira, de base objetiva/jurídica, atrelada à dificuldade de regulação das dinâmicas já existentes no EES pela estrutura jurídica da Associação, e a segunda, de base psicossocial, relacionada à resistência à mudança na dinâmica de regulação dos investimentos afetivos dentro do grupo e da organização.

RESULTADOS

RESISTÊNCIA À FORMA JURÍDICA DE ASSOCIAÇÃO

A questão da formalização foi uma das demandas principais do processo de incubação do EES, e sempre esteve no debate com os membros o tipo de empreendimento que melhor se adequaria na proposta de formalização. Pelas características do EES, de ter um grupo reduzido de pessoas, e por ter variações muito grandes no nível de renda em função de épocas do ano e da consecução ou não de participação de projetos financiados por editais, a opção pela cooperativa, que exigiria um maior número de membros, e um

custo maior de despesas gerais, foi descartada. Da mesma forma, a opção por se estruturar como uma empresa em moldes regulares ou como instituto, se mostrou também inadequada, em função da baixa possibilidade de participação dos membros dos grupos artísticos que participavam do EES.

Nesse sentido a opção pela associação, se mostrou como a opção que possibilitava maior flexibilidade, tanto no sentido de se adequar às dinâmicas produtivas e participação dos membros, quanto da forma onde o controle e registro fiscal das atividades econômicas desenvolvidas seriam de mais fácil compreensão para os membros. No entanto, apesar dessa maior flexibilidade e facilidade de operação da figura jurídica da associação, a opção pela mesma, com a definição de sócios com funções semelhantes, não expressava a dinâmica objetiva presente no EES, dinâmica essa marcada, antes de tudo, pela dupla forma de vinculação ao EES, ou seja, ao EES em si, e aos grupos culturais autônomos. Além disso, podemos acrescentar a necessidade de vinculação a outras atividades geradoras de renda que não as artísticas, que boa parte dos membros precisava realizar em função da dificuldade de geração de renda exclusivamente com atividades culturais.

Nesse sentido, a situação das dinâmicas econômicas dos membros do EES é semelhante à percebida por Jesus (2012), relacionada às populações rurais. Nessas populações, a atividade econômica ligada a terra convive com outras atividades econômicas não rurais, condensada na mesma pessoa ou no grupo familiar. A função do EES, que visa intermediar mais especificamente as atividades ligadas à produção rural nesses casos, precisa ser compreendida em relação às dinâmicas familiares de produção, e aos valores adotados para pensar essa produção, que devem atender também às outras atividades econômicas desenvolvidas por seus membros fora do objeto de organização econômica do EES, e levando em conta aspectos relacionados à economia doméstica familiar, tanto na produção de bens para comercialização ou para consumo próprio.

Embora o EES analisado intermedeie parte das atividades dos grupos e dos membros, principalmente por meio de concessão de espaços para ensaios, apresentações, ou de produção cultural, as atividades em si dos grupos e dos artistas são pouco dependentes do EES tanto em termos materiais quanto em termos organizacionais ou artísticos. Podemos identificar então três modalidades de produção realizadas pelos membros do EES, com graus diferentes de participação do mesmo na intermediação ou no incremento das atividades produtivas.

A primeira se refere às ações artísticas que, embora realizadas por membros dos grupos, não guardam relação com o EES. Um dos principais exemplos são as

performances circenses, que geralmente ocorrem na rua, por iniciativa pessoal dos artistas. Embora esses frequentem o EES e lá desenvolvam outros projetos, o EES em si não tem nenhum ganho com essas ações. No entanto, outros trabalhos às vezes guardam alguma relação com o EES. Um exemplo ocorrido durante o período de incubação foi uma oficina de música, que foi desenvolvida como curso livre e era ministrado como uma das atividades EES, mas deixou de ser, pois o professor ao conseguir o financiamento público para o curso passou a realiza-lo em uma escola. Nesse caso, podemos perceber que, embora o EES fosse o intermediador da realização do curso, só o era em termos de infraestrutura, sendo todo o resto, realizado por um artista específico. O que se coloca em questão aqui é até que ponto tal curso seria uma atividade específica do artista ou decorrente do EES, que possibilitou seu desenvolvimento efetivo.

Um segundo conjunto de atividades era as que se davam por parte dos grupos, com responsabilidades exclusivas desses, mas que usavam a estrutura do EES, que era remunerado, principalmente, pelo uso de suas dependências. Geralmente essa remuneração se dava por percentuais de ganhos, mas em alguns casos, como em ensaios de bandas, ou residência artística, tal remuneração se dava como pagamento fixo pré-definido.

Um terceiro conjunto de ações eram as ações coletivas do próprio EES, que geravam receitas diretas para o mesmo. O principal exemplo eram os Saraus, festas com um conjunto de atividades culturais, onde, na maior parte das vezes, membros dos grupos participantes do EES forneciam suas atividades de maneira gratuita (ou com remuneração reduzida) para a realização dos Saraus, bem como participação na arrumação do EES ou na venda de bebidas e cobrança de entradas.

Pudemos constatar também um quarto conjunto de ações, que, embora não visassem à geração de receitas, ocupava grande parte do esforço dos membros, e, a nosso ver, poderia ser entendido como um dos produtos mais importantes na sustentabilidade do EES. Ainda nos remetendo à comparação com a produção agrícola familiar, onde parte da renda das famílias se dá pela produção que se destina aos empreendimentos coletivos, parte se dá pelo trabalho dos membros de forma isolada, também existe um terceiro tipo de produção, voltado para consumo próprio ou de fornecimento de presentes, que é de grande importância na sustentação econômica e social das famílias. Da mesma forma, identificou-se no empreendimento uma série de ações voltada principalmente para os próprios membros, que não era destinada à comercialização, mas à fruição interna dos membros do EES.

Esses bens variavam desde elementos relacionados à troca de experiências, ou trocas de performances artísticas ou produtos, mas principalmente à produção do que França e Dzimira (1999) descreveram como valores de relação. Aqui podemos estabelecer uma diferença em relação aos bens de consumo, produzidos para seu uso, ao invés de troca. Pudemos constatar durante a observação do empreendimento uma série de mobilizações voltadas para a consecução de um objetivo, que geralmente não era alcançado. A princípio, essa não consecução do objetivo era interpretada como problemas decorrentes de falhas na organização das ações. No entanto, dada a repetição dos mesmos problemas, passamos a analisar tais ações a partir de uma perspectiva mais ampla da teoria da dádiva (MAUSS, 2016), e pudemos perceber que essas eram voltadas muito mais para proporcionar uma série de trocas simbólicas e afetivas, bem como experiências, modos de lidar com problemas, apoios identitários e políticos, e, performances artísticas.

É importante ressaltar que as atividades desse quarto conjunto de ações embora tomassem muito tempo dos membros do EES, e na maioria das vezes se colocasse como atividade prioritária em relação às outras atividades do EES, na maioria das vezes não era percebida como uma atividade produtora de valor. Na maioria das vezes, ela aparecia mascarada por trás de outras atividades, como cursos, mutirões, ou oficinas, que tinham seus objetivos explícitos deixados de lado ao correr das atividades. Essas atividades por sua vez, serviam de sustentação para boa parte das outras atividades do EES, sendo nelas (ou em suas lacunas) articuladas ideias de projetos ou propostas de trabalho em comum entre os membros.

Todas as atividades desses quatro grupos, embora fossem objetos de discussão e planejamento, e de um controle mais ou menos estruturado, se davam dentro da lógica de consciência pessoal, muitas vezes não havendo cobranças formais. Só em alguns casos, quando "a pessoa não se toca", é que ocorriam as cobranças formais, geralmente seguidas do afastamento das pessoas cobradas, ou da mudança de posição frente ao empreendimento. Esse processo era marcado por uma relação de desconhecimentos (ou descompromisso de conhecer) da real situação do EES, muitas vezes idealizado como portador de um sucesso financeiro totalmente fantasioso, ou de uma troca de acusações ou sentimentos de exploração.

É importante estabelecer aqui que toda essa dinâmica previamente existente, era informal e sem regras definidas, e que, na maioria das vezes era ineficiente no sentido de regular a definição de quais ganhos são decorrentes das atividades do EES, e quais são decorrentes de atividades externas dos grupos ou de seus membros, e que, portanto, não

guardavam relação com o EES ou com uma necessidade de compartilhamento dos ganhos. Esse sempre foi um dos pontos que apareciam nas reuniões, associados a uma carga de angústia e sofrimento muito grande, marcada por interpretações de traição, desmerecimento e até mesmo de subtração da parcela de trabalho devida a alguns membros do EES.

Porém, a perspectiva de que a formalização das relações e dinâmicas, com a formalização do empreendimento como associação, não se mostrava na percepção dos membros do EES entrevistados como uma saída para esse tipo de situação, que a regulasse de maneira mais clara, ou mesmo que se estabelecessem parâmetros mais específicos para essa relação entre os membros e suas atividades. A alternativa de modificar a relação entre o EES e os grupos, que parecia ser uma saída mais ou menos clara para os membros da equipe de incubação se mostrava também problemática, porque, na prática, tornaria o EES numa produtora cultural, e os grupos, em seus tomadores de serviço, sendo na prática excluídos do EES.

No entanto, essas resistências associadas à limitação da intermediação de relações produtivas decorrentes da figura jurídica da associação, não podem ser compreendidas como uma explicação completa da situação encontrada. Embora houvesse inadequações no modo de regulação das relações de produção no modelo proposto da associação, também havia dificuldades no modelo atual adotado, que geravam problemas financeiros para o EES e os grupos. Além disso, as parcerias em projetos com outras instituições (já conformadas institucionalmente como produtoras culturais), já forneciam experiências e vivências sobre o tipo de situação a ser enfrentada, e que muitas vezes eram as opções prioritárias dos grupos, ao invés do EES.

Consideramos então que para uma melhor compreensão de tais resistências precisamos inserir em nossa análise, o fato de que a elas somam-se toda uma série de elementos, que, para além das limitações de regulações econômicas e fiscais, também remetem ao papel do EES na regulação de dinâmicas psicossociais, com seus elementos afetivos, simbólicos, imaginários e pulsionais. A compreensão de tais elementos, em somatória com a compreensão das dinâmicas estabelecidas pela figura jurídica formal, poderia então, nos fornecer um quadro explicativo mais amplo, e que pudesse preencher melhor as lacunas presentes no processo de análise, bem como melhores indicadores de ações a serem desenvolvidas para superação de tais resistências.

RESISTÊNCIA PSÍQUICA À FORMALIZAÇÃO

A análise das resistências psíquicas no processo de incubação, assim como nas interpretações da clínica do social, se dá a partir da manifestação das repetições e ausências de sentido nos discursos e nas práticas laborais e organizativas do trabalhador, ausências e repetições essas que se apresentam em um primeiro momento para o grupo produtivo (e em grande medida para a equipe de incubação), como algo decorrente de um motivo inacessível, ou camuflado sobre interpretações que não resistem a uma análise mais detalhada (PIRES, 2018).

No nosso caso, essas repetições se expressaram por um conjunto de fatores que impediam a efetivação do processo de formalização do EES. Dentre esses, discussões intermináveis sobre detalhes do estatuto, dúvidas que eram sanadas em uma das reuniões e que na reunião seguinte reapareciam, ações práticas que nunca eram tomadas, entre outros semelhantes. Nas falas referentes a essas protelações, foram identificadas, ainda que de maneira velada, sempre o receio sobre as consequências decorrentes do processo de formalização, principalmente as relacionadas à responsabilização pelo empreendimento.

O estabelecimento de uma associação definiria de maneira mais objetiva as obrigações e responsabilidade dos associados. Nesse sentido, a adoção dessa figura jurídica explicitaria uma relação de vinculação com o EES diferenciada entre os que se ocupavam com gestão do EES, e os que se ocupavam com a gestão dos grupos. É interessante notar que, embora os grupos culturais participantes do EES fossem parte do empreendimento a partir de uma vinculação identitária e de vínculos afetivos, e em algumas atividades práticas, não o eram na prática cotidiana de gestão. Pelo percebido, não existia inclusive, por parte dos grupos, uma intenção de assumir a gestão do EES, mas a manutenção de sua dinâmica de vinculação na forma tal qual estava.

O processo de formalização explicitava e colocava em questão então, não só elementos de responsabilidade jurídica e formal, mas toda uma dinâmica de investimentos identitários e afetivos entre os membros dos grupos culturais entre si, e deles com o EES. Esses processos identitários carregavam uma dupla carga de investimentos, pois, se por um lado o EES fornecia elementos importantes na formação da identidade dos membros e servia como espaço de elaboração do sentido de suas práticas como artista, essa elaboração se dava marcada por conflitos, processos ainda em construção e sofrimentos, que envolviam, para além dos aspectos comuns compartilhados com outros membros,

também aspectos pessoais e individuais, marcados por questões externas às vivenciadas no EES.

Um exemplo disso estava presente na fala da maior parte dos membros mais antigos do empreendimento que foram entrevistados, sobre a necessidade de articulação, dentro do próprio EES, de suas opções como artistas com outras opções profissionais que eles haviam feito. A maior parte desses entrevistados, além de suas formações ou práticas artísticas, também trabalhava ou fazia formação em cursos como história, medicina, administração, psicologia e outros não diretamente ligados a atividades artísticas, além dos que participavam de cursos relacionados às artes, como teatro, artes gráficas, ou produção audiovisual, e, para além das questões relacionadas à necessidade de ganho financeiro, que poderiam ser aferidos com essas atividades, sempre entrava em discussão a questão da integração entre essas outras atividades profissionais e a atividade artística.

Nesse sentido temos aqui reforçada a tese de que a intermediação ou não das atividades econômicas dos sujeitos pelo EES, não se constituía como a única questão relacionada às resistências aos processos de formalização, pois, a forma como essa demanda de integração das atividades emergia nos discursos dos sujeitos estava muito mais atrelada a uma busca de integração identitária entre dois papeis sociais, do que relacionada a uma integração ou potencialização entre duas atividades econômicas. Além disso, ao funcionar como um espaço de convivência e de produção de valores relacionais, o EES intermediava toda uma série de relações afetivas, ou espaços de reflexões sobre questões relacionadas à sexualidade ou identidade de gênero, além de questionamentos a noções de saúde, alimentação, vivências corporais e familiares.

Constatou-se na observação das atividades do EES, e nas discussões com os membros dos grupos, e com os membros que participavam da gestão do EES, que existia um conjunto de regras bem estabelecidas em relação à sustentação desses espaços relacionais dentro do EES, inclusive com punições rígidas. A resistência à formalização não passava então por uma resistência ao estabelecimento de regras e sistemas repressivos na instituição, mas à possível desestruturação dessas regras que já existiam pela adoção de um modelo formal de organização como associação.

A percepção (por parte dos que participavam da gestão do EES, que eram os que participavam de fato das reuniões chamadas para o processo de formalização e dessa fase do processo de incubação) que havia era de que, com a estruturação da associação, os grupos deixariam de ser parte do EES de maneira formal, e a relação entre o EES e os grupos passaria a ser uma relação comercial, como em uma situação de produção cultural,

regido por contratos formais. Com isso, o espaço de elaboração psíquica (e os bens relacionais) proporcionado pelo EES, articulado com toda uma série de vínculos afetivos e identitários, seria perdido, tornando-se um espaço de mero desempenho técnico e econômico.

De fato, observando sob a ótica das atividades econômicas do EES, tal situação já ocorria. Situação essa que foi explicitada no processo de discussão com o EES, mostrando as vantagens que a separação entre o EES e os grupos poderia ter. No entanto, quando levamos em conta toda uma gama maior de bens simbólicos e relacionais que o empreendimento produzia e intermediava entre seus membros e deles com a comunidade, a compreensão da resistência ao processo de formalização passava a fazer sentido.

Porém, é importante destacar também, nesse caso, a continuidade existente entre a sustentação desses espaços relacionais e a sustentação de uma lógica de pensar a produção artística, ou sua sustentabilidade econômica. Se a atividade cultural se propõe a ser uma expressão das vivências pessoais e sociais dos membros do EES, a estruturação desses espaços de reflexão e trocas de experiências, bem como de outros bens relacionais desenvolvidos, ainda que se mantenha como produto destinado mais ao uso próprio ou ao estabelecimento de laços sociais do que à comercialização, se mostra como algo de fundamental importância no processo criativo, e na sustentação da possibilidade de uma produção cultural de alto nível.

No entanto, como nos mostra Alves (2012) considerando a intangibilidade dos bens culturais, a estes só se poderá agregar valor monetário ao se buscar sua estruturação como mercadoria, dentro de uma cadeia produtiva que segue lógicas semelhantes à de outras produções. Cabe então buscar, caso a intenção seja a inserção econômica autônoma do empreendimento cultural, uma articulação entre essa sustentabilidade econômica e a sustentabilidade simbólica e imaginária da produção cultural. E tal dicotomia não se apresenta somente nos empreendimentos culturais, estando presente também nos empreendimentos de economia solidária, por sua dubiedade característica, derivada de ser uma interface entre uma economia propriamente solidária, e uma economia capitalista (PIRES, 2017).

A questão que se colocava então mudou de demonstração das vantagens da formalização e capacitação para tal processo, para a de uma tomada de decisão, de manutenção de um modelo de relações que já estava estabelecido ou de um novo modelo. O importante a destacar aqui é que, o trabalho psíquico a ser desenvolvido, deixa de ser, num primeiro momento, um trabalho de atribuições de novos sentidos às vivências

psíquicas, mas um trabalho de luto, ou seja, um processo de desidentificação e desidealização em relação à instituição, processo esse que remete a um grande sofrimento e sensação de fracasso e impotência, além de um sentimento de culpa por parte dos sujeitos e do grupo (PENARIOL; RASCHIMOTO, 2017).

Embora a análise desse processo de desidealização da organização, e dos seus efeitos, e dentre eles principalmente o sentimento de culpa sejam objeto de outro estudo ainda a ser publicado, o que a experiência até aqui nos mostra é que o processo de incubação estabelece etapas e demandas de intenção que, ao serem analisadas, podem nos remeter a outras atividades que precisam estar presentes no processo. Nesse sentido, somam-se aos aspectos econômicos e formais, aspectos culturais, psíquicos e sociais, que também intermediam dinâmicas de consecução e distribuição de valores entre os membros.

CONCLUSÃO

O processo de formalização de empreendimentos de economia solidária, principalmente nos processos de incubação, demanda uma análise que ultrapasse uma expectativa meramente econômica ou de sua relação com o estado. Uma série de dinâmicas produtivas, além de dinâmicas psíquicas e sociais são também intermediadas e afetadas por esse processo, e pelo tipo de figura jurídica que será adotada. E quando aplicada às atividades ligadas ao ramo da cultura, a essas demandas de análise somam-se ainda toda uma ampla gama de processos históricos, sociais e culturais da construção das formas de expressão cultural em nosso país, e da dimensão conflitiva entre a expressão cultural e artística, e sua sustentabilidade econômica com a transformação dessas expressões em mercadorias.

A análise das resistências aos processos de formalização dos empreendimentos se mostra então como um passo importante para que boas intenções das equipes de incubação não acabem por desestruturar formas tradicionais de expressão cultural. A consideração de dinâmicas que precisam ser analisadas, para além dos processos de capacitação ou de empoderamento técnico e econômico dos grupos, nos remete à necessidade de um trabalho mais aprofundado, e que respeite os tempos de compreensão e aceitação dos membros dos grupos sobre as reais possibilidades disponibilizadas pela organização econômica por meio da economia solidária, bem como a integração dessas atividades com outras atividades realizadas pelo sujeito, incluindo ai atividades

econômicas que convivem com as realizadas pelo EES, mas que guardam a liberdade do sujeito, e expressam a dimensão conflitiva na qual a economia solidária se estrutura.

REFERÊNCIAS

ALVES, M.A. The inclusion of the economic dimension in public cultural policies in Brazil. In: III International Seminar on Cultural Policies. Casa Ruy Barbosa Foundation, Rio de Janeiro , 2012. **Proceedings of the III SIPC,** Rio de Janeiro: Casa Ruy Barbosa Foundation, 2012. Available at: http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2012/09/Maria-Aparecida-Alves.pdf . Accessed on: October 15, 2018.

CARVALHO, RAA; PIRES, SD In search of new solidarities: the enterprises of the social economy in question. **Society and State** , v. 16 , n. 1-2, p. 159-185, 2001. Available at: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922001000100008&lng=en&nrm=iso Accessed on: October 17, 2018.

CARVALHO, RAA, PIRES, SD Beyond the economic aspects of the Solidarity Economy. In: GAIGER. LIG (Org.). **Senses and Experiences of the Solidarity Economy in Brazil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, p.189-228, 2004.

DAGNNO R.. "Science and technology for citizenship" or Sociotechnical Adequacy with the People? In: DAGNNO, R. **Social Technology** : conceptual and methodological contributions. Campina Grande: EDUEPB, p.89-112, 2014. Available at: http://books.scielo.org/id/7hbdt/pdf/dagnino-9788578793272-06.pdf . Accessed on: October 17, 2018.

DEJOURS, C. **The Human Factor** . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

DEJOURS, C.; ABDOUCHLI, E. **Psychodynamics of work** : contributions of the Dejourian school to the analysis of the relationship between pleasure and work . São Paulo: Atlas, 2011 .

DIEESE. **Informality in the Solidarity Economy** . Debate Notebooks of the National Observatory of Economy and Cooperatives, n. 1. São Paulo: DIEESE, 2015. Available at: https://www.dieese.org.br/livro/2015/caderno01InformalidadeEconomiaSolidaria.pdf . Accessed on: August 27, 2018.

DOMINGUES, JLP, SOUZA, VN Cultura Viva Program: cultural policy as social policy? Elements of analysis of public funds and the right to cultural production. In BARBALHO, A., CALABRE, L., MIGUES, P., ROCHA, R. **Culture and Development** : political and economic perspectives. Salvador: Press of the Federal University of Bahia, p. 129-152, 2011. Available at: http://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/uploads/BibliotecaTable/9c7154528b820891e2a3c20a3a49bca9/147/13760822571916848220.pdf . Accessed on: September 1, 2018.

ENRIQUEZ, E. **The organization under analysis** . Petropolis: Editora Vozes , 1997.

FRANÇA, G.; DZIMIRA, S. Solidarity Economy and Gift. **Organization and Society Journal** , v.6, n.14, p.141-183, 1999. Available at: http://www.scielo.br/pdf/osoc/v6n14/06.pdf . Accessed on: December 22, 2018.

FREUD, S. (1917/1996) **Lecture XXIII** : The Paths of Symptom Formation. Standard Edition, Vol. XVI. Rio de Janeiro: Imago, p.361-378, 1996 (original from 1917).

FREUD, S. **Inhibition, Symptom and Anxiety** . Standard Edition Vol. XX. Rio de Janeiro: Imago, p. 81- 171, 1996 (original from 1926).

FREUD. S. **Civilization and Its Discontents** . Standard Edition Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, p.66-148. 1996 (original from 1930)

GAIGER, LIG National Mapping and Knowledge of the Solidarity Economy. **ABET Journal**, v.12, n.1, p.7-24, 2014. Available at: http://base.socioeco.org/docs/_ojs_index.pdf . Accessed on: November 27, 2018.

JESUS, MC **Measuring economic results and the solidarity economy: demonstrating results in the face of new economic and social realities** . Master's Dissertation, Postgraduate Program in Accounting, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Available at: http://www.ppgcontabilidade.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/05/D069.pdf . Accessed on: November 12, 2018.

JUDICE, VMM, FURTADO, SC Management of creative and cultural enterprises: study of an organization for teaching and disseminating Afro-Brazilian rhythms in São João Del-Rei, MG. **Revista Organização & Sociedade** , v.21, n.69, p.293-314, 2014. Available at: http://www.scielo.br/pdf/osoc/v21n69/a06v21n69.pdf . Accessed on: November 29, 2018.

MAUSS, M. **Sociology and Anthropology.** São Paulo: Editora Cosacnaify , 2015.

MELO, APG **Family Farming and Solidarity Economy** : Experiences in common goods management and market insertion by rural organizations in the state of Minas Gerais. Master's Dissertation, Postgraduate Program in Administration, Universidade Federal de Lavras , Lavras, 2005. Available at: http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/1997 . Accessed on: October 16, 2018.

MENESES, LS **A psychoanalytic look at job insecurity** : helplessness, drive for dominance and servitude. Doctoral Thesis, Institute of Psychology, University of São Paulo, São Paulo, 2010. Available at: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-19102010-120022/pt-br.php . Accessed on: September 3, 2018.

OGANDO, CB; GAIGER, LIG Solidarity economy and inequalities: an analysis based on national mapping. In: 33rd National Meeting of ANPOCS. Caxambu, 2009. **Proceedings of the 33rd ENANPOCS** , São Paulo, ANPOCS, 2009. Available at: https://www.anpocs.com/index.php/papers-33-encontro/gt-28/gt13-15/1908-luizgaiger-uma-analise/file . Accessed on: November 28, 2018.

PENARIOL, MP, HASHIMOTO, F. Subject, work and the psychosocial consequences of the rupture of this relationship. **Laborativa** , v.6, n.1, p. 106-124, 2017. Available at: http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa . Accessed on: November 3, 2018.

PIRES, SD Enterprise, Community and Territory, three incubation objects. **Realization** , v.4, n.8, p. 46-66, 2017. Available at: http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/realizacao/article/view/6883 . Accessed on: October 16, 2018.

PIRES, SD Elaboration of defensive mechanisms in relation to work in Solidarity Economy enterprises. Developed: **Unilassalle Management Journal** , v.7, n.1, p.39-53, 2018. Available at: https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/desenvolve/article/view/3869/pdf . Accessed on: November 27, 2018.

PIRES, SD, COUTO, G. ALVES, A. Constitution of psychic and social defense mechanisms in self-managed work: Analysis and discussion In: VASCONCELOS, S.;

BUENO, M. **New conceptions about organizations and work** . Catalan: Editora UFG, p. 158-170, 2013.

PIRES, SD, SILVA, AP Desire as a symptom in the solidarity economy: a psychosociological perspective. **PerCursos** , v.20, n . 44, p.280-303, 2019. Available at: http://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724620442019280/pdf . Accessed on: July 8, 2020.

SERRA, N., FARIA, H. **Solidarity Economy of Culture and Cultural Citizenship** . Santo André: Editora UFABC, 2016.

THIOLLENT, MA knowledge construction and extension methodology. **Cronos** , v.3, n.2, p.65-71, 2002. Available at: https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/15654 . Accessed on: July 8, 2020.

VIEIRA, ACM Challenges to the legal formalization of solidarity enterprises. In: National Congress of Researchers in Solidarity Economy. São Carlos: UFSCar, 2015. **Proceedings of the I CONPES** , São Carlos, UFSCAR, 2015 **.** Available at: http://www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/gt8/sessao-5/vieira-arlete-candido-monteiro.pdf . Accessed on: August 30, 2018.

VILUTIS, L. Points of Culture and Solidarity Economy: Approaches and possibilities. In: II International Seminar on Cultural Policies, 2011, Rio de Janeiro. **Proceedings of the II SIPC** , Rio de Janeiro, Casa Rui Barbosa, 2011. Available at: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Politicas_Culturais/II_Seminario_Internacional /FCRB_LuanaVilutis_Pontos_de_cultura_e_economia_solidaria.pdf . Accessed on: September 10, 2018.